

**LEI Nº. 1070/2009**

**EMENTA: Dispõe sobre a Instituição do Sistema de Controle Interno - SCI do Poder Executivo Municipal e Cria o Órgão central do SCI.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUIPAPÁ**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e EU SANCIONO a seguinte Lei:

## **CAPÍTULO I**

### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Fica instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal o Sistema de Controle Interno, nos termos do que dispõe os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, os artigos 29,31 e 86 da Constituição Estadual e o art. 59 da Lei Complementar nº.101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 2º** - Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - Sistema de Controle Interno (SCI) – o conjunto de normas, princípios, métodos e procedimentos, coordenados entre si, que busca realizar a avaliação da Gestão Pública e dos programas de governo, bem como comprovar a legalidade, eficácia, eficiência, economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades municipais;

II – Órgão Central do Sistema de Controle Interno – a unidade organizacional responsável pela coordenação, orientação e acompanhamento do Sistema de Controle Interno.

III – Unidades Executoras – as diversas unidades da estrutura organizacional, no exercício das atividades de controle interno inerentes à suas funções finalísticas ou de caráter administrativo.

IV - Pontos de Controle – os aspectos relevantes de processos de trabalho, sobre os quais, em função de sua importância, grau de risco ou efeitos posteriores, deva haver algum procedimento de controle.



## CAPÍTULO II

### DAS FINALIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

**Art. 3º** - O Sistema de Controle Interno Municipal, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, visa à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, aplicação de subvenções e renúncias de receitas.

**Art. 4º** - O Poder Executivo Municipal manterá o seu sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do Município;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, a eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Municipal bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

## CAPÍTULO III

### DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO

**Art. 5º** - Integram o Sistema de Controle Interno do Município:

I - Órgão Central do Sistema de Controle Interno, denominado Coordenadoria do Sistema de Controle Interno – CCI, que se constituirá em unidade administrativa, com independência profissional para o desempenho de suas atribuições de controle em todos os órgãos e entidades da administração municipal.

II – Unidades Executoras que são todos os órgãos da administração direta e indireta.

§ 1º - Área de atuação da CCI abrange todos os órgãos do Poder Executivo Municipal.



§ 2º - Os servidores indicados pela administração municipal para atuarem na CCI ficam subordinados tecnicamente ao coordenador do sistema de controle interno e administrativamente ao Chefe do executivo Municipal.

§ 3º - A subordinação técnica de que trata o parágrafo anterior compreende:

I – a observância de normas, procedimentos e diretrizes estabelecidas pela CCI;

II - a observância e execução dos planos de trabalho aprovados pela CCI;

III – a elaboração de relatórios requisitados pela CCI.

**Art. 6º** - Para o atendimento do disposto no artigo 4º, I desta Lei, fica criado na estrutura administrativa do Município, na unidade organizacional Gabinete do prefeito, a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno – CCI.

**Art. 7º** - Para o funcionamento da CCI, ficam criados no quadro de pessoal da Prefeitura:

I – 01 (um) cargo de Coordenador do Sistema de Controle Interno, de provimento em comissão;

II – 03 (três) de Técnico de Controle Interno, de provimento efetivo.

§ 1º - Os ocupantes dos cargos previstos nos incisos I e II deverão possuir conhecimentos necessários ao desempenho da função nas áreas de contabilidade, Finanças, Direito Administrativo, Administração pública e outras correlatas.

§ 2º - Até o provimento do cargo previsto no inciso II, mediante concurso público, os recursos humanos necessários às atividades para ele previstas serão recrutados do quadro efetivo de pessoal da prefeitura, observadas as exigências estabelecidas no parágrafo anterior.

§ 3º - A remuneração do cargo previsto no inciso I será de R\$ 910,00 (novecentos e dez reais) - Símbolo CC - 06.

§ 4º - A remuneração do cargo previsto no inciso II será de R\$ 728,00 (setecentos e vinte e oito reais) - Símbolo CC - 07.

**Art. 8º** - Não poderão ser designados para o exercício dos cargos de que trata o artigo 6º, inciso I desta Lei:

I – os servidores que tiverem suas contas, na qualidade de gestor ou responsável por bens ou dinheiros públicos, julgados irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado;



II – cônjuge e parentes consangüíneos ou afins, até o 3º (terceiro) grau, do prefeito e vice-prefeito, dos secretários municipais e das autoridades dirigentes dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta do Município.

III – cônjuge e parentes consangüíneos ou afins, até o 3º (terceiro) grau, do presidente da Câmara, do vice-presidente e dos demais vereadores.

**Art. 9º** - Constituem-se em garantias do ocupante do Cargo de Coordenador do Sistema de Controle Interno e dos servidores que desempenham atividades de Controle Interno:

I – independência profissional para o desempenho das atividades na administração municipal;

II – o acesso a documentos e banco de dados indispensáveis ao exercício das funções de controle interno;

**Art. 10** - Quando dos últimos meses para o encerramento do mandato do prefeito, deverá ser formada equipe de transição, composta por servidores efetivos integrantes da CCI, que será responsável pela elaboração de relatórios e a separação daqueles documentos que comprovem o cumprimento das regras com despesas de pessoal, restos a pagar, nível de endividamento, serviços terceirizados, convênios, processos judiciais em andamento e outras informações, de forma a garantir a transparência e a responsabilidade do administrador público em relação à continuidade da administração.

**Parágrafo Único** – No caso mencionado no caput deste artigo, os servidores da CCI, integrantes da comissão, só poderão ser destituídos das suas funções após a entrega da prestação de contas, referente ao último ano de mandato do Prefeito ao Poder Legislativo Municipal e ao Tribunal de Contas.

**Art. 11** - Os integrantes da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno – CCI, reunir-se-ão no mínimo 1 (uma) vez por trimestre, com os representantes das Unidades Executoras, para troca de experiências, avaliação dos trabalhos realizados e identificação da necessidade de adequação de determinados controles. Nessas reuniões serão lavradas Atas, sendo cópia enviada ao chefe do poder executivo para ciência das deliberações.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **COMPETÊNCIAS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO**

**Art. 12º** - Compete à CCI do Poder Executivo Municipal:



I – apoiar as unidades executoras, na normatização, sistematização e padronização dos seus procedimentos e rotinas operacionais em especial no que tange a identificação e avaliação dos pontos de controle;

II – verificar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, que será assinado, além das autoridades mencionadas no artigo 54 da LRF, pelo chefe do órgão Central do SCI;

III – exercer o controle das operações de crédito, garantias, direitos e haveres do município;

IV – verificar a adoção de providências para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos limites de que trata a LRF;

V – verificar e avaliar a adoção de medidas para o retorno de despesa total com o pessoal ao limite de que tratam os artigos 22 e 23 da LRF;

VI – verificar a observância dos limites e das condições para realização de operações de crédito e inscrição de Restos a Pagar;

VII – verificar a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e legais, em especial as contidas na LRF;

VIII – avaliar o cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas no Plano Plurianual – PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;

IX – avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades municipais;

X – verificar a compatibilidade da lei Orçamentária Anual – LOA com o PPA, a LDO e as normas da LRF;

XI - fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo.;

XII – realizar auditorias sobre gestão dos recursos públicos municipais, que estejam sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados, bem como sobre a aplicação de subvenções e renúncia de receitas;

XIII – apurar os atos ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos municipais, dando ciência ao Tribunal de Contas;

XIV – verificar a legalidade e a adequação aos princípios e regras estabelecidas pela lei Federal nº. 8.666/93, referentes aos procedimentos licitatórios e respectivos contratos efetivados e celebrados pelos órgãos e entidades municipais;



XV – definir o processamento e acompanhar a realização das Tomadas de Contas Especiais, nos termos da Resolução específica do Tribunal de Contas;

XVI – apoiar serviços de fiscalização externa, fornecendo inclusive, os relatórios de auditorias internas;

XVII – organizar e definir o planejamento e os procedimentos para realização de auditorias internas.

**Art. 13** – Competem ainda à Coordenadoria do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal as seguintes atividades:

I – dispor sobre a necessidade da instauração ou desativação de unidades setoriais de controle interno;

II – criar condições para o exercício do controle social sobre programas contemplados com recursos oriundos dos orçamentos do município;

III – responsabilizar-se pela disseminação de informações técnicas e legislação às unidades setoriais de controle interno e às unidades executoras;

IV – desenvolver mecanismos destinados à padronização e aperfeiçoamento de métodos e procedimentos de controle no âmbito do município, respeitando as características e peculiaridades próprias dos órgãos que o compõem, assim como as disposições legais;

V – avaliar e controlar o cumprimento de instruções, normas diretrizes e procedimentos voltados para o atendimento das finalidades da administração pública municipal.

VI – propor recomendações e estudos para alterações, normas ou rotinas de controle, quando estes, ao serem avaliados, apresentarem fragilidades;

VII – oferecer informações necessárias à elaboração da Prestação de Contas Anuais do prefeito a ser encaminhada à Câmara Municipal;

VIII – encaminhar a cada 04 (quatro) meses relatório geral de atividades ao prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores;

**Art. 14** – Compete às unidades executoras, responsáveis por áreas e/ou ações administrativas, mediante acompanhamento e orientações da CCI, determinar os pontos de controle de cada ação, estabelecendo os responsáveis, regras, procedimentos e prazos, com a finalidade de garantir a sua efetividade, a partir da elaboração de manuais de rotinas procedimentos.



## CAPÍTULO V

### DAS RESPONSABILIDADES

**Art. 15** – Os responsáveis pelo Controle Interno, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, nos termos do artigo 74 da Constituição Federal e do artigo 13 da Constituição Estadual.

§ 1º - Quando da comunicação ao Tribunal, na situação prevista no caput deste artigo, o dirigente do Órgão Central do SCI informará as providências adotadas para:

- I – corrigir a ilegalidade ou irregularidade detectada;
- II – determinar o ressarcimento de eventual dano causado ao erário;
- III – evitar ocorrências semelhantes.

§ 2º – Na situação prevista no caput deste artigo, quando da ocorrência de dano ao erário, deve-se observar as normas para tomada de contas especial

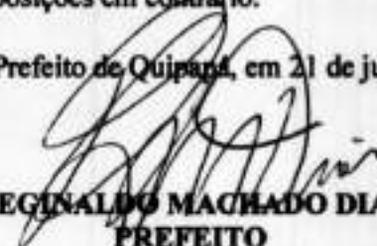
§ 3º. Quando do conhecimento de irregularidade ou ilegalidade através da atividade de auditoria interna, mesmo que não tenha sido detestado dano ao erário, deve a CCI anexar o relatório dessa auditoria à respectiva prestação de contas anuais do Poder Municipal.

**Art. 16** – A Coordenadoria do Sistema de Controle Interno – CCI, com base nos trabalhos realizados nos diversos órgãos da administração municipal, conforme plano anual de trabalho, emitirá periodicamente recomendações objetivando o fortalecimento dos controles internos e o respeito aos princípios da Administração pública, conforme art. 37 da CF. As referidas recomendações adquirirão caráter normativo uma vez editadas pela Coordenadoria.

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 30/06/2009.

**Art. 18.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Quipapá, em 21 de julho de 2009

  
**REGINALDO MACHADO DIAS**  
**PREFEITO**

